



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-130 – Fone: (48) 3251-3700 – www.tre-sc.jus.br

PREGÃO N. 043/2021

(PAE n. 21.334/2021)

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**, por meio da Coordenadoria de Julgamento de Licitações, conforme art. 45, inciso IV, da Resolução TRESC n. 7.930, de 9 de dezembro de 2015, atendendo à solicitação da Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica, comunica aos interessados que fará realizar **PREGÃO ELETRÔNICO** para contratação de serviços de acesso à internet banda larga para as unidades administrativas do TRESC.

A proposta deverá ser registrada no sistema COMPRASNET, por meio do [site www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (UASG 070020), até o horário da abertura da Sessão Eletrônica, que se dará no dia **15 de setembro de 2021, às 14 horas**, no mesmo [site](http://www.gov.br/compras).

A licitação será do tipo **MENOR PREÇO** e modo de disputa **ABERTO e FECHADO**, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pelas Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.429, de 2 de junho de 1992, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, pelos Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, 10.024, de 20 de setembro de 2019, e 7.174, de 12 de maio de 2010, pela Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral e pela Instrução Normativa SLTI/MPDG n. 3, de 26 de abril de 2018.

I. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

1.1. As especificações do objeto deste Pregão Eletrônico constam no Projeto Básico / Termo de Referência, que integra o presente Edital, independentemente de transcrição.

1.1.1. Na hipótese de haver diferença entre a descrição registrada no Sistema Comprasnet (www.gov.br/compras) e as especificações constantes no Projeto Básico / Termo de Referência, deverão ser consideradas as do Projeto Básico / Termo de Referência.

1.1.2. O Projeto Básico / Termo de Referência e demais documentos poderão ser acessados no [site](http://www.tre-sc.jus.br) do TRESC, no seguinte endereço:

- www.tre-sc.jus.br (“Transparência / Contas Públicas / Licitações / Pregões / 2021”).

II. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação as empresas que:

2.1.1. Estejam credenciadas no Ministério da Economia, por meio do [site www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), órgão gestor do Sistema Eletrônico “Comprasnet”.

2.1.2. Manifestarem, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que estão cientes e de acordo com as condições contidas neste Edital, bem como que cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório.

2.1.2.1. A existência de restrição relativa à regularidade fiscal não impede que a declaração de que trata o subitem 2.1.2 seja firmada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, aplicando-se, nesta hipótese, na fase de habilitação, o disposto



no subitem 10.7 deste Edital.

2.1.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa ou ao direito de preferência sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, ressalvado o disposto no subitem 2.1.2.1.

2.2. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o TRESC, em nenhum caso, responsável por eles, inclusive pelas transações que forem efetuadas em nome do licitante no Sistema Eletrônico.

2.2.1. O TRESC não se responsabilizará por eventual desconexão no Sistema Eletrônico.

2.3. Fica vedada a participação, na presente licitação:

a) de empresa proibida de participação de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente, durante o prazo da sanção aplicada; e

b) de empresa que possua, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993.

2.4. O licitante que desistir do certame, deixando de enviar amostra ou qualquer documentação solicitada, seja referente à fase de julgamento de proposta ou à fase de habilitação, terá sua proposta desclassificada ou será inabilitado, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

2.4.1. Configura desistência do certame, para os fins do disposto no subitem 2.4, a solicitação de exclusão da proposta apresentada ou do lance ofertado.

III. DO CREDENCIAMENTO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. Para participar da presente licitação, o licitante deverá se credenciar no Sistema de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

3.2. O credenciamento dar-se-á após a atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.

3.3. O credenciamento do licitante é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e constitui pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis.

3.4. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico é de exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao TRESC responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou do seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados, devendo solicitar, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

IV. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este certame serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico pregao@tre-sc.jus.br.

4.1.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

4.1.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo Sistema Eletrônico e no sítio eletrônico deste Tribunal - www.tre-sc.jus.br - e vincularão os participantes e este Tribunal.

4.2. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital, exclusivamente por meio



do endereço eletrônico indicado no subitem 4.1, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

4.2.1. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

4.2.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo pregoeiro, nos autos do procedimento licitatório.

4.2.3. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

V. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.1.1. A etapa de que trata o subitem 5.1 será encerrada com a abertura da sessão pública.

5.1.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.1.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, nos termos do disposto no subitem 5.1, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.1.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.1.5. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no subitem 5.1, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento das propostas.

5.1.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.1.7. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, deverão ser encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, no **prazo máximo de 2 (duas) horas** após a solicitação do pregoeiro, nos termos dos subitens **8.1.4** e **10.5** deste Edital.

5.1.8. A manutenção de proposta até a data de abertura da Sessão Eletrônica implica obrigatoriedade de cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o licitante, caso vencedor, o compromisso de executar o objeto conforme especificações e exigências deste Edital.

5.2. Deverá constar da proposta encaminhada pelo Sistema Comprasnet:

a) no campo “preço”: o preço, no VALOR TOTAL para o LOTE cotado:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MESES	UNIDADE
1	1	Valor da mensalidade para taxa de <i>download</i> de 50 Mbps.	6	48	Valor Total
	2	Valor da mensalidade para taxa de <i>download</i> de 100 Mbps.	4	48	
	3	Valor das instalações dos enlaces do lote.	10	-	
	4	Valor do pacote de serviço adicional para eventual mudança de endereço.	2	-	
2	5	Valor da mensalidade para taxa de <i>download</i> de 50 Mbps.	9	48	Valor Total



	6	Valor da mensalidade para taxa de <i>download</i> de 100 Mbps.	2	48	
	7	Valor das instalações dos enlaces do lote.	11	-	
	8	Valor do pacote de serviço adicional para eventual mudança de endereço.	2	-	
3	9	Valor da mensalidade para taxa de <i>download</i> de 50 Mbps.	20	48	Valor Total
	10	Valor da mensalidade para taxa de <i>download</i> de 100 Mbps.	4	48	
	11	Valor das instalações dos enlaces do lote.	24	-	
	12	Valor do pacote de serviço adicional para eventual mudança de endereço.	2	-	
4	13	Valor da mensalidade para taxa de <i>download</i> de 50 Mbps.	5	48	Valor Total
	14	Valor da mensalidade para taxa de <i>download</i> de 100 Mbps.	2	48	
	15	Valor das instalações dos enlaces do lote.	7	-	
	16	Valor do pacote de serviço adicional para eventual mudança de endereço.	2	-	
5	17	Valor da mensalidade para taxa de <i>download</i> de 50 Mbps.	10	48	Valor Total
	18	Valor da mensalidade para taxa de <i>download</i> de 100 Mbps.	2	48	
	19	Valor das instalações dos enlaces do lote.	12	-	
	20	Valor do pacote de serviço adicional para eventual mudança de endereço.	2	-	
6	21	Valor da mensalidade para taxa de <i>download</i> de 50 Mbps.	11	48	Valor Total
	22	Valor da mensalidade para taxa de <i>download</i> de 100 Mbps.	5	48	
	23	Valor das instalações dos enlaces do lote.	16	-	
	24	Valor do pacote de serviço adicional para eventual mudança de endereço.	2	-	

b) no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”: detalhamento do objeto, quando couber, sem alternativas.

5.2.1. No campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, não havendo informação adicional, em atendimento à exigência do sistema, basta que a empresa declare no citado campo que **a proposta está de acordo com o Edital**.

5.2.2. Não será admitida, no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, a inclusão de qualquer informação que permita identificar o autor da proposta, sob pena de desclassificação.

5.2.3. O licitante que tiver ofertado o melhor lance deverá informar o VALOR INDIVIDUAL TOTAL de cada serviço que compõe o LOTE, nos termos do subitem 8.1.4 deste Edital, conforme modelo disponível no endereço indicado no subitem 1.1.2.

5.2.4. O uso da expressão “ou similar” será considerado alternativa.

5.3. No valor da proposta, deverão estar incluídos todos os impostos, taxas, fretes e



demaís encargos.

5.4. A validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da Sessão Eletrônica.

5.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, seus documentos de habilitação, os lances e demais atos praticados durante a sessão pública.

5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua desconexão ou inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou pelo Pregoeiro.

5.7. Em caso de divergência entre o numeral em algarismos e o descrito por extenso, prevalecerá o que estiver por extenso.

VI. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES

6.1. A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta pelo pregoeiro no Sistema Eletrônico com a utilização de sua chave de acesso e senha.

6.1.1. Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

6.1.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.2.1. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

6.3.1. Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

6.4. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

6.4.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

6.4.2. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **VALOR TOTAL** para o **LOTE** cotado.

6.4.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital.

6.4.4. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de **R\$ 1,00 (um real)** de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.4.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.4.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.5. Nos termos do art. 33 do Decreto n. 10.024/2019, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos, considerando o modo de disputa aberto e fechado.

6.5.1. Encerrado o prazo previsto no subitem 6.5, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

6.5.2. Encerrado o prazo de que trata o subitem 6.5.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez



por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.5.3. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem 6.5.2, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

6.5.4. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 6.5.2 e 6.5.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

6.5.5. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 6.5.2 e 6.5.3, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 6.5.4.

6.5.6. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 6.5.5.

6.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, por meio do Sistema Eletrônico.

VII. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

7.1. Encerrada a etapa de lances, as **microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas** que tenham ofertado proposta superior em até 5% (cinco por cento) ao lance vencedor, poderão, na ordem de classificação, exercer o **direito de preferência previsto nos artigos 44 da Lei Complementar n. 123/2006 e 34 da Lei n. 11.488/2007**.

7.1.1. Em caso de empate entre valores apresentados por microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, que se encontrem no intervalo estabelecido neste subitem, o sistema realizará, automaticamente, sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer o direito de preferência.

7.1.2. O direito de preferência somente se aplica quando o lance vencedor não tiver sido apresentado por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.1.3. Para usufruir do direito de preferência, a empresa deverá ter providenciado o registro de sua condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa em campo próprio do SICAF (porte da empresa) e, ainda, quando do envio eletrônico da proposta, ter optado, em campo próprio do Sistema Comprasnet, pelos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006 e da Lei n. 11.488/2007.

7.2. Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem 7.1, o Sistema Eletrônico informará ao licitante que poderá enviar lance final e único para o item, inferior ao lance vencedor, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

7.2.1. Não sendo apresentado novo lance, serão convocados para ofertarem lance final e único, no mesmo prazo, os demais licitantes que possuírem o direito de preferência previsto no subitem 7.1, na ordem classificatória.

7.3. Será assegurada preferência na contratação para fornecedores de bens e serviços, nos termos do art. 3º da Lei n. 8.248/1991, regulado pelo art. 5º do Decreto n. 7.174/2010, observada a seguinte ordem:

I - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

II - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e



III - bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

7.3.1. As microempresas e empresas de pequeno porte que atendam ao disposto nos incisos I, II ou III do subitem 7.3 terão prioridade no exercício do direito de preferência em relação às médias e grandes empresas enquadradas no mesmo inciso.

7.3.2. Para usufruir da preferência de que trata o subitem 7.3, deverá o licitante informar, quando do registro de sua proposta, em campo próprio do sistema Comprasnet, que seu produto atende os requisitos dos incisos I, II ou III do art. 5º de Decreto n. 7.174/2010.

7.3.3. Para os efeitos do Decreto n. 7.174/2010, consideram-se bens e serviços de informática e automação com tecnologia desenvolvida no País aqueles cujo efetivo desenvolvimento local seja comprovado junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, na forma por este regulamentada, comprovado na forma do subitem 7.6 deste Edital.

7.4. O exercício do direito de preferência de que trata o subitem 7.3 será concedido após o encerramento da fase de apresentação das propostas ou lances para o objeto deste Edital, observando-se os seguintes procedimentos, sucessivamente:

I - aplicação das regras de preferência para as microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, dispostas nos subitens 7.1 a 7.2.1 deste Edital;

II - aplicação das regras de preferência previstas no subitem 7.3, com a classificação dos licitantes cujas propostas finais estejam situadas até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida, conforme o critério de julgamento, para a comprovação e o exercício do direito de preferência;

III - convocação dos licitantes que estejam enquadrados no subitem 7.3, inciso I, na ordem de classificação, para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame;

IV - caso a preferência não seja exercida, por qualquer motivo, na forma do inciso III, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no subitem 7.3, inciso II, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o inciso III do subitem 7.3, caso esse direito não seja exercido; e

V - caso nenhuma empresa classificada venha a exercer o direito de preferência, observar-se-ão as regras usuais de classificação e julgamento.

7.5. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos dos subitens 7.1 e seguintes, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

7.5.1. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.6. Caso tenha sido exercido o direito de preferência de que trata o subitem 7.3, incisos I, II ou III, deverá ser comprovado o atendimento ao **Processo Produtivo Básico** e/ou a condição de **produto com tecnologia desenvolvida no País**, mediante apresentação do documento comprobatório da habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelo Decreto n. 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto n. 6.008, de 29 de dezembro de 2006.

7.6.1. A comprovação de que trata o subitem 7.6, nos termos do parágrafo único do art. 7º do Decreto n. 7.174/2010, poderá ser obtida:

a) por meio de consulta ao *site* do Ministério da Ciência e Tecnologia (www.mct.gov.br); ou

b) por meio de consulta ao *site* da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (www.suframa.gov.br); ou

c) por documento expedido para esta finalidade pelo Ministério da Ciência e Tecnologia ou pela SUFRAMA ou por outro órgão ao qual seja legalmente atribuída tal competência, mediante solicitação do licitante.

7.6.2. Em sendo necessário, o Pregoeiro realizará consulta aos *sites* constantes do subitem 7.6.1, alíneas “a” e “b”, e, em não encontrando a comprovação de que trata o subitem 7.6, solicitará, via *chat*, que o licitante encaminhe o documento de que trata o subitem 7.6.1, alínea “c”, durante a Sessão Eletrônica, por meio da opção “**Enviar Anexo**” do Sistema Comprasnet, em **até 2 (duas) horas**, contadas da convocação do Pregoeiro, devendo ser compactado em único arquivo (.zip).



7.6.2.1. O licitante convocado será responsável pela integridade e pelo conteúdo do arquivo encaminhado. Na hipótese de o arquivo apresentar problemas quanto à descompactação, leitura ou compatibilidade, será reaberta pelo Pregoeiro a convocação pelo sistema, dispondo o licitante do prazo remanescente àquele inicialmente concedido para proceder ao reenvio do arquivo, livre das circunstâncias que impediram sua leitura e impressão.

7.6.2.2. O não envio dos documentos mencionados na alínea “c” do subitem 7.6.1, ou o envio em desacordo com o Edital ou o decurso do prazo mencionado no subitem 7.6.2 sem que tenha sido resolvido o problema de descompactação, leitura ou compatibilidade mencionado no subitem 7.6.2.1, ensejará a **DESCCLASSIFICAÇÃO** da proposta.

7.6.2.3. A convocação para envio dos documentos a que se refere o subitem 7.6.2 poderá ocorrer juntamente com a convocação a ser efetuada para o envio da proposta ajustada, conforme subitem 8.1.4 deste Edital.

VIII. DO JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.1.2. Se o preço ofertado exceder o valor máximo aceitável para a presente contratação, o Pregoeiro negociará com o licitante, visando à obtenção de proposta mais vantajosa.

8.1.3. O valor máximo aceitável para a contratação (planilha de custos elaborada especificamente para objeto deste certame) será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

8.1.3.1. Os valores apresentados nos Estudos Preliminares não representam o valor máximo aceitável para a presente contratação, pois espelham apenas uma estimativa de preços realizada preliminarmente pela unidade demandante.

8.1.4. A nova proposta deverá ser encaminhada no **prazo máximo de 2 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, acompanhada, se necessário, de documentos complementares, devidamente adequada ao último valor ofertado após a negociação de que trata o subitem 8.1, devendo conter, ainda, **a planilha de custos para a contratação (Anexo III do Projeto Básico / Termo de Referência) demonstrando o VALOR INDIVIDUAL TOTAL de cada serviço que compõe o LOTE**, sem alternativas, conforme modelo constante no endereço indicado no subitem 1.1.2, nos termos do subitem 5.2.3 deste Edital, sob pena de **desclassificação**.

8.1.4.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, estão aqueles que contenham as características e especificações do objeto ofertado, tais como catálogos, folhetos, *folders*, manuais, *datasheets* e outros documentos que permitam aferir a sua conformidade com as exigências contidas no Projeto Básico / Termo de Referência.

8.2. Encaminhada a proposta ajustada pelo licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro examiná-la-á quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para a contratação.

8.3. Restando alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo licitante que ofertou a melhor proposta, em razão das especificações, da marca ou do modelo / código / referência (se for o caso) indicados na proposta, o Pregoeiro:

a) fixará prazo para que a empresa apresente amostra do objeto proposto ou declaração expedida pelo fabricante de que o produto cotado possui as características especificadas no Edital, ou, ainda, preste esclarecimentos complementares, como condição necessária para a sua aceitação; e

b) suspenderá a Sessão Eletrônica, fixando data e hora para reabertura.

8.3.1. Caso o licitante que ofertou a melhor proposta seja o fabricante do objeto proposto, a prova de adequação das características indicadas na proposta será feita exclusivamente por meio de apresentação de amostra.



8.3.2. As amostras deverão ser retiradas pelo licitante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de encerramento da Sessão Eletrônica.

8.3.2.1. As amostras não retiradas no prazo fixado no subitem 8.3.2 serão descartadas.

8.4. Será DESCLASSIFICADA, ainda, a proposta que:

a) contenha vícios ou ilegalidades; e/ou

b) apresente condições e/ou especificações conflitantes com as exigidas no Projeto Básico / Termo de Referência; e/ou

c) mantenha valor de item superior ao valor máximo aceitável por este Tribunal; e/ou

d) não comprove, em relação ao equipamento ofertado, o atendimento ao Processo Produtivo Básico e/ou a condição de bem com tecnologia desenvolvida no País que permitiu(iram) o exercício do direito de preferência, quando for o caso; e/ou

e) apresente preço que seja manifestamente inexequível; e/ou

f) não atenda à diligência prevista na alínea "a" do subitem 8.3.

8.4.1. Considera-se preço manifestamente inexequível aquele que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos decorrentes da contratação.

8.4.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada, pelo Pregoeiro, diligência e adotados, entre outros, um ou mais dos seguintes procedimentos:

a) questionamento junto à proponente para a apresentação de justificativas, planilhas de composição de preços e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

b) pesquisa em órgãos públicos ou empresas privadas para verificação de contratações da mesma natureza;

c) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente; e

d) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

8.5. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias previstas nos Itens IX e X, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

8.6. Após a negociação prevista no subitem 8.1 e aceitação da melhor proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, nos termos dos Itens IX e X deste Edital.

IX. DA CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, será verificado o eventual descumprimento das vedações relacionadas no subitem 2.3, por meio de consulta:

a) ao SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e eventual infringência à hipótese prevista no subitem 2.3, alínea "b", e o registro de ocorrências cadastradas relativas às penalidades que obstem à participação no certame ou a futura contratação;

b) ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

c) ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaltransparencia.gov.br.

9.1.1. As consultas a que se refere o subitem 9.1 serão realizadas em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n. 8.429/1992.

9.1.2. Constatada a existência de penalidade vigente que obste a participação da empresa licitante na licitação, o Pregoeiro procederá à sua eliminação do certame, por falta de condição de participação, reputando-a inabilitada no sistema Comprasnet.

X. DA HABILITAÇÃO



10.1. A habilitação será verificada por meio de consulta on-line ao SICAF e análise da documentação especificada neste Edital.

10.1.1. Nos termos do subitem 5.1, os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, concomitantemente com a proposta, os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

10.2. Para a habilitação nesta licitação, será verificada e/ou exigida documentação referente:

- a) à Habilitação Jurídica de que trata o art. 28 da Lei n. 8.666/1993;
- b) à Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista; e
- c) à Qualificação Técnica exigida neste Edital;
- d) à Qualificação Econômico-Financeira exigida neste Edital;

e) ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, cuja declaração será firmada pelo licitante, por meio do campo próprio no sistema Comprasnet, disponível quando do envio da proposta, até a data e hora marcadas para abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.

10.2.1. Os licitantes que não atenderem às exigências de habilitação no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências, nos termos dos subitens 5.1 e 10.1.1 deste Edital.

10.3. Em relação à **Qualificação Técnica**, serão exigidos:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem a implantação e prestação de serviços de comunicação multimídia de, no mínimo, 40% da quantidade de enlaces solicitados no lote, por período mínimo de 6 meses de prestação do serviço;

b) a proponente vencedora deverá apresentar outorga emitida pela Anatel para prestação de serviços SCM, dentro da região da Contratante ou em nível nacional;

b.1) caso se enquadre nos critérios previstos para dispensa de autorização da Anatel (Art. 10-A, Res. 614/2013), deverá comprovar cadastro atualizado em sistema próprio da Anatel.

10.4. Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, serão exigidos:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura desta licitação; e

b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

10.4.1. Para ser considerado apresentado na forma da lei, o Balanço Patrimonial deverá estar chancelado pela Junta Comercial, devidamente assinado, podendo ser apresentado o Livro Diário, também registrado na Junta Comercial, ou, ainda, Balanço Patrimonial digital, acompanhado do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped, na forma do disposto pelo § 3º do art. 16 da Instrução Normativa n. 3/2018 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

10.4.1.1. Para empresas regidas pela Lei n. 6.404/1976, deverá ser apresentada a publicação do Balanço Patrimonial, na forma de seu art. 176, § 1º.

10.4.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, será admitida a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

10.4.3. O licitante enquadrado como microempreendedor individual, que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos da Lei Complementar n. 123/2006, estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício financeiro.

10.4.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante a obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:



$$\begin{aligned}
 \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$

10.4.5. Caso as empresas apresentem resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer dos índices referentes à situação financeira da empresa [Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)], deverão comprovar o capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor máximo aceitável da contratação.

10.5. Na hipótese de necessidade de envio de documentação complementar à habilitação, na forma do disposto no subitem 5.1.7, quando necessária à confirmação dos documentos exigidos neste Edital, deverá ser encaminhada por meio da opção “**Enviar Anexo**” do sistema Comprasnet, **em até 2 (duas) horas**, contadas da convocação do Pregoeiro, devendo ser compactados em único arquivo (.zip).

10.5.1. Não serão aceitos documentos com indicação de **CNPJ/CPF** diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.5.1.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.5.2. O licitante convocado será responsável pela integridade e pelo conteúdo do arquivo encaminhado. Na hipótese de o arquivo apresentar problemas quanto à descompactação, leitura ou compatibilidade, será reaberta pelo Pregoeiro a convocação pelo sistema, dispondo o licitante do prazo remanescente àquele inicialmente concedido para proceder ao reenvio do arquivo, livre das circunstâncias que impediram sua leitura e impressão.

10.5.3. O não envio da documentação complementar a que se refere o subitem 10.5, ou o envio em desacordo com o Edital ou o decurso do prazo mencionado no subitem 10.5 sem que tenha sido resolvido o problema de descompactação, leitura ou compatibilidade mencionado no subitem 10.5.2, ensejará a **INABILITAÇÃO** da empresa.

10.6. Na análise da validade dos documentos de habilitação, quando existente, tomar-se-á como referência a data da abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.

10.7. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação nesta licitação, nos termos dos Decretos n. 8.538/2015 e 10.024/2019.

10.8. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei n. 9.784/1999.

10.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem 10.8, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

XI. DOS RECURSOS E DA ADJUDICAÇÃO

11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

11.1.1. As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de três dias.



11.1.2. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.1.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no subitem 11.1, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.2. O Pregoeiro terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apreciar o recurso, reconsiderando a sua decisão ou, nesse mesmo período, encaminhá-lo ao Secretário de Administração e Orçamento, devidamente informado, para apreciação e decisão, em igual prazo.

11.2.1. No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão quanto a ele, será o resultado da licitação submetido à autoridade competente, para os procedimentos de adjudicação e homologação.

11.2.2. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 11.1, importará a decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a **ADJUDICAR** o objeto deste certame, **POR LOTE**, ao licitante declarado vencedor, propondo à autoridade competente deste Tribunal a homologação da licitação.

XII. DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS

12.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

12.1.1. São situações, dentre outras, que podem ensejar o descumprimento do contrato, para fins de aplicação de penalidades:

Item	Evento	Referência	Tipo de infração
1	Descumprimento do estabelecido no Acordo de Nível de Serviço , no primeiro mês após o início da prestação do serviço.	Por ocorrência	Leve
2	Descumprimento do estabelecido nos subitens 14.1.4 e 14.1.8 deste Edital (instalação e eventuais mudanças de endereço), até o 15º dia de descumprimento.	Por dia	Regular
3	Descumprimento do estabelecido no subitem 14.1.10 deste Edital (suporte técnico).	Por dia	Média
4	Descumprimento do estabelecido nos subitens 14.1.4 e 14.1.8 deste Edital (instalação e eventuais mudanças de endereço), após o 15º dia de descumprimento.	Por ocorrência	Grave
5	Descumprimento do estabelecido no Acordo de Nível de Serviço , em mais de 30% do total de enlaces do lote, por 2 meses consecutivos.	Por ocorrência	Grave

Tipo de infração	Penalidade
Leve	Advertência
Regular	Multa de 3% ao dia ou por ocorrência, conforme o caso, sobre o valor mensal do respectivo lote.
Média	Multa de 5% ao dia ou por ocorrência, conforme o caso, sobre o valor mensal do respectivo lote.
Grave	Multa de 10% sobre o valor mensal do respectivo lote.



12.2. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

12.2.1. Para os fins do contido na alínea “h” do subitem 12.2, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

12.3. Para os casos não previstos no subitem 12.2, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato;
- c) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;
- d) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

12.3.1. As sanções estabelecidas no subitem 12.2 e na alínea “f” do subitem 12.3 são de competência do Presidente do TRESC.

12.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Pregão, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução do(s) serviço(s).

12.4.1. Relativamente ao subitem 12.4, os atrasos superiores a 30 (trinta) dias serão considerados inexecução total do contrato.

12.5. Da aplicação das penalidades previstas nos subitens 12.3, alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, e 12.4, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

12.5.1. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-los, devidamente informados, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.



12.6. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “f” do subitem 12.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESC, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

XIII. DA DOTAÇÃO

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0042 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, Natureza da Despesa 3.3.90.40, Elemento de Despesa – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ, Subitem 13 – Comunicação de Dados e Redes em Geral.

13.1.1. Os créditos e respectivos empenhos relativos aos exercícios subsequentes serão registrados mediante apostilamento.

XIV. DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR

14.1. O licitante vencedor ficará obrigado a:

14.1.1. fornecer o objeto proposto nas condições estipuladas na proposta e no Projeto Básico / Termo de Referência;

14.1.2. realizar reunião de alinhamento inicial, em **até 10 (dez) dias** após o recebimento do contrato assinado pelos representantes do TRE-SC, mediante agendamento com o gestor do contrato no e-mail csit-sars@tre-sc.jus.br ou telefone (48) 3251-3700;

14.1.3. apresentar, em **até 20 (vinte) dias** após o recebimento do contrato assinado pelos representantes do TRE-SC, plano de implantação dos serviços, contemplando o planejamento das intervenções necessárias nas unidades, a previsão para o serviço de instalação e a identificação dos contatos técnicos;

14.1.4. concluir os serviços de instalação dos enlaces do(s) lote(s) em **até 120 (cento e vinte) dias**, contados do recebimento, pela Contratada, do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE-SC;

14.1.5. fornecer todos os equipamentos, cabos, conectores, conversores, adaptadores, *modems* e outros itens de *hardware* e *software*, necessários para a completa conexão a um equipamento servidor, a ser fornecido pelo TRE-SC;

14.1.6. realizar a instalação dos enlaces no local designado pelo TRE-SC, devendo utilizar a infraestrutura de cabeamento disponível (calhas, dutos, eletrocalhas);

14.1.7. atender solicitações de consulta de viabilidade técnica para mudança de endereço em **até 10 (dez) dias**, contados a partir da data da solicitação;

14.1.8. atender solicitações de mudança de endereço em **até 45 (quarenta e cinco) dias**, contados a partir da data da solicitação;

14.1.8.1. caso identificada inviabilidade técnica, a contratada deverá informar ao TRE-SC o motivo da inviabilidade, mediante comprovação fundamentada, em **até 10 (dez) dias** após a solicitação. Caso não o faça, considerar-se-á como viável a solicitação;

14.1.8.2. solicitações com pendência de viabilidade técnica terão **até 90 (noventa) dias** - a partir da data da solicitação inicial - para serem atendidas através de projeto especial;

14.1.9. fornecer as informações necessárias para acesso ao suporte técnico durante a vigência do contrato;

14.1.10. disponibilizar suporte técnico em regime 24/7 (vinte e quatro horas por dia/sete dias por semana), com tempo de atendimento inicial em **até 2 (duas) horas** e tempo de conclusão do atendimento em **até 24 (vinte e quatro) horas** para os casos de indisponibilidade na prestação do serviço;

14.1.11. fornecer, mensalmente, Relatório de Disponibilidade e Desempenho dos enlaces do(s) respectivo(s) lote(s);

14.1.12. disponibilizar as taxas mínima e média de largura de banda dos enlaces conforme estabelecido na Especificação Técnica Detalhada do Projeto Básico / Termo de Referência;

14.1.13. manter as taxas de perda de pacotes e latência dos enlaces conforme



estabelecido na Especificação Técnica Detalhada do Projeto Básico / Termo de Referência;

14.1.14. manter sigilo absoluto sobre qualquer informação do TRE-SC, estando sujeita às normas e políticas de segurança da informação da Instituição;

14.1.15. é vedada a interceptação, ou a filtragem de pacotes, de qualquer tráfego de dados que passe pelos enlaces da Contratada, sem autorização judicial;

14.1.16. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESC; e

14.1.17. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 043/2021.

XV. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será feito em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário, após a entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, que será conferida e atestada pelo setor competente, **desde que não haja fator impeditivo imputável ao licitante vencedor**.

15.1.1. O recebimento provisório das instalações será realizado considerando cada enlace, mediante informação da Contratada sobre a conclusão da respectiva instalação. Será verificado se as especificações técnicas solicitadas foram implementadas, sendo emitido ao final o recebimento definitivo para o respectivo enlace.

15.1.1.1. De forma análoga, o recebimento provisório e definitivo de eventuais solicitações de mudança de endereço ficará condicionado à ativação do enlace no novo endereço, observando-se os requisitos técnicos necessários.

15.1.2. Em relação à prestação dos serviços mensais, o recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere à prestação dos serviços.

15.1.3. O recebimento definitivo dar-se-á em até:

a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993;

b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993, no que tange às instalações;

c) 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993, no que se refere à prestação dos serviços.

15.1.4. O pagamento referente às instalações iniciais será feito em etapas, considerando os percentuais de conclusão de ativação dos enlaces de 30%, 50% e 100%, por lote.

15.1.4.1. Quanto aos serviços mensais, o pagamento será devido a partir da data de início da prestação e será proporcional ao atendimento dos **Indicadores de Nível de Serviços**, os quais definem objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

15.1.4.2. Eventuais ocorrências de mudança de endereço serão pagas em favor da contratada após cumprimento das obrigações contratuais e apresentação de documento fiscal.

15.1.5. Ainda, ocorrerá a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não prestar os serviços esperados, ou não os prestar com a qualidade mínima exigida, conforme especificado no **Acordo de Nível de Serviço**.

15.1.6. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

15.2. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou



inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

15.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

15.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, o TRESC efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRESC os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

15.5. Se ocorrer atraso de pagamento provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I = $6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365dias).

I = 0,0001644.

XVI. DO CONTRATO

16.1. Será firmado contrato com o licitante vencedor que terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e pelo Decreto n. 10.024/2019.

16.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Pregão, independentemente de transcrição.

16.3. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

16.3.1. O Contrato deverá ser assinado de forma eletrônica, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, no prazo indicado no subitem 16.3.2.

16.3.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Edital ou se recusar a assinar o contrato, no prazo de até 3 (três) dias úteis, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades aludidas no Item XII deste Edital.

16.4. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado, na forma do artigo 67 da Lei n. 8.666/1993.

XVII. DA RESCISÃO

17.1. O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

17.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa, nos termos das alíneas "c" ou "d" do subitem 12.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "e" ou "f" do subitem 12.3.



XVIII. DO REAJUSTE

18.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, contados da data limite para apresentação da proposta, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

18.2. Para efeito de reajustamento, os índices iniciais a serem considerados serão os da data de apresentação da proposta.

XIX. DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

19.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução da contratação consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da execução do objeto contratado, de forma a assegurar o perfeito cumprimento pelo licitante vencedor, e serão exercidos por meio do **Gestor da Contratação**, qual seja, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Administração de Redes e de Servidores do TRESC, ou seu substituto, ou seu superior imediato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

19.2. Ao Gestor, fica assegurado o direito de:

a) exigir o cumprimento de todos os itens das especificações constantes deste Edital;

b) promover o acompanhamento e a gestão dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas, bem como aquelas relacionadas aos **Indicadores de Níveis de Serviço**, que comprometam a produtividade estabelecida na contratação dos serviços por resultados;

c) a execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, podendo compreender a mensuração dos seguintes aspectos:

c.1) resultados alcançados em relação à Contratada, verificação dos prazos de execução e qualidade demandada; e

c.2) cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

d) caberá ainda ao gestor do contrato, atestar, mensalmente, os valores cobrados pela Contratada, aplicando os devidos abatimentos e glosas quando houver fato ensejador por parte desta.

19.3. O acompanhamento de que trata o subitem 19.1 não exime o licitante vencedor de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois da execução do objeto contratado.

XX. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.

20.2. O objeto deste Pregão poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

20.3. A autoridade competente para homologar o presente certame poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

20.4. O Pregoeiro, durante a Sessão Pública, não efetuará qualquer contato com os licitantes que não seja no âmbito do Sistema Eletrônico “Comprasnet”.

Florianópolis, 30 de agosto de 2021.

Heloísa Helena Bastos Silva Lübke
Coordenadora de Julgamento de Licitações



MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Contrato para prestação de serviços de acesso à internet banda larga para as unidades administrativas do TRESC, autorizado pelo Senhor _____, Secretário de Administração e Orçamento, na fl. ____ do Procedimento Administrativo Eletrônico n. 21.334/2021 (Pregão n. 043/2021), que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa _____, em conformidade com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei 8.248, de 23 de outubro de 1991, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, com os Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, 10.024, de 20 de setembro de 2019, e 7.174, de 12 de maio de 2010, e com a Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor _____, inscrito no CPF sob o n. _____, residente e domiciliado em _____/SC e, de outro lado, a empresa _____, estabelecida na _____, telefone _____, e-mail _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) seu (sua) _____, Senhor(a) _____ inscrito(a) no CPF sob o n. _____, residente e domiciliado(a) _____, tem entre si ajustado Contrato para prestação de serviços de acesso à internet banda larga para as unidades administrativas do TRESC, firmado de acordo com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei 8.248, de 23 de outubro de 1991, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, com os Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, 10.024, de 20 de setembro de 2019, e 7.174, de 12 de maio de 2010, com a Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral, e com o Pregão n. 043/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto a prestação de serviços de acesso à internet banda larga para as unidades administrativas descentralizadas deste Tribunal, compreendendo a instalação e o fornecimento de enlaces de acesso à internet banda larga, considerando a divisão em lote(s), as taxas de *download* e os endereços dos locais, abrangendo os cartórios eleitorais, as centrais de atendimento ao eleitor e demais anexos do TRESC, conforme especificado a seguir:

Lote	Perfil (taxa de download)	Unidade administrativa	Município	Endereço
1	50	002ª (cartório)	Biguaçu	Rua Hermógenes Prazeres, 277, Centro, 88160-152
	100	012ª (cartório)	Florianópolis	Av. Rio Branco, n. 797, Centro, 88015-203
	50	024ª (cartório)	Palhoça	Rua Najla Carone Cuedert, n. 951, Parque Residencial Pagani, Passa Vinte, 88132-150
	100	029ª (cartório)	São José	Av. Beira-Mar de São José, esquina com Luiz Fagundes, Praia Comprida, 88103-500
	50	031ª (cartório)	Tijucas	Rua Alexandre Ternes Neto, 144, Centro, 88200-000
	50	053ª (cartório)	São João Batista	Rua Ex-Combatente Narciso Cim, 92 – térreo, Centro, 88240-000
	50	067ª (cartório)	Santo Amaro da Imperatriz	Rua Pedro Mansur Elias, 25 - sala 01, Centro, 88140-000
	100	110ª (anexo - Dep. Multiuso)	Palhoça	Servidão Antônio José Guarezi, 130, Jardim Eldorado, Brejaru, 88117-402
	100	111ª (anexo-2)	Florianópolis	Rua Esteves Júnior, n. 157, Centro, 88015-130



	50	115 ^a (homologação)	Florianópolis	Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, 88015-130
--	----	-----------------------------------	---------------	--

E/OU

Lote	Perfil (taxa de download)	Unidade administrativa	Município	Endereço
2	50	008 ^a (cartório)	Canoinhas	Rua Marechal Floriano, 959, Centro, 89460-166
	100	017 ^a (cartório)	Jaraguá do Sul	Rua Ângelo Schiochet, n. 90, Centro, 89251-520
	100	019 ^a (cartório)	Joinville	Rua Jaguaruna, 38, Centro, 89201-450
	50	022 ^a (cartório)	Mafra	Avenida Coronel José Severiano Maia, 548, Nossa Senhora Aparecida, 89300-000
	50	025 ^a (cartório)	Porto União	Rua Matos Costa, 344, Centro, 89400-000
	50	027 ^a (cartório)	São Francisco do Sul	Rua Barão do Rio Branco, 377, sala 300, Centro, 89240-000
	50	030 ^a (cartório)	São Bento do Sul	Rua Henrique Schwarz, 554, sl. 4, Centro, 89280-115
	50	038 ^a (cartório)	Itaiópolis	Rua Carril Pflanzner, n. 69, Centro, 89340-000
	50	060 ^a (cartório)	Guaramirim	Rua 28 de Agosto, n. 2000, Centro, 89270-000
	50	074 ^a (cartório)	Rio Negrinho	Rua Prefeito Hugo Fischer, 242, térreo, Bela Vista, 89295-000
	50	081 ^a (cartório)	Papanduva	Rua Nereu Ramos, 2983, salas 10 e 11, Centro, 89370-000

E/OU

Lote	Perfil (taxa de download)	Unidade administrativa	Município	Endereço
3	50	006 ^a (cartório)	Caçador	Rua Victor Baptista Adami, 919, sala 01, Centro, 89500-196
	100	009 ^a (cartório)	Concórdia	Rua Ângelo Ari Biezu, n. 69, térreo, Centro, 89700-194
	100	018 ^a (cartório)	Joaçaba	Av. XV de Novembro, 12 - térreo - sala 02, Centro, 89600-000
	100	035 ^a (cartório)	Chapecó	Av. Nereu Ramos, n. 1841-e, Centro, 89805-018
	50	036 ^a (cartório)	Videira	Rua Saul Brandalise, n.1531, Edifício San Francisco, sala 03, Santa Tereza, 89560-290
	50	037 ^a (cartório)	Capinzal	Rua Narciso Barison, 171, Centro, 89665-000
	50	041 ^a (cartório)	Palmitos	Rua Visconde do Rio Branco, 932, sala 2, Centro, 89887-000
	50	043 ^a (cartório)	Xanxerê	Travessa Ernesto Carmelli, 55, sala 1, Centro, 89820-000
	100	045 ^a (cartório)	São Miguel do Oeste	Rua Marquês do Herval, n. 977, sala 6, Ed. Leolino Baldissera, Centro, 89900-000
	50	047 ^a (cartório)	Tangará	Av. Irmãos Piccoli, n. 220, sala 106 e 107, Centro, 89642-000
	50	048 ^a (cartório)	Xaxim	Rua Rio Grande, n. 653, Centro, 89825-000
	50	049 ^a (cartório)	São Lourenço do Oeste	Travessa São Pedro, 1085, subsolo Galeria Bela Vista, Centro, 89990-000
	50	050 ^a (cartório)	Dionísio Cerqueira	Av. Santa Catarina, 218, Centro, 89950-000
	50	058 ^a (cartório)	Maravilha	Av. Anita Garibaldi, 1012, sala 01, Centro, 89874-000
	50	061 ^a (cartório)	Seara	Rua Sétimo Casarotto, n. 98. Sala 2, Centro, 89770-000



	50	063ª (cartório)	Ponte Serrada	Av. XV de Novembro, n. 86, sala 2, Edifício Marafon, Centro, 89683-000
	50	065ª (cartório)	Itapiranga	Rua São Bonifácio, 280, térreo, Ed. Peperi, Centro, 89896-000
	50	066ª (cartório)	Pinhalzinho	Avenida Capitão Anizio, 1.037, Centro, 89870-000
	50	069ª (cartório)	Campo Erê	Rua Osvaldo Dário Dall'igna, n. 794, sala 2, Centro, 89980-000
	50	070ª (cartório)	São Carlos	Rua Demétrio Lorenz, 246, Edifício Galli II, sala 01, Centro, 89885-000
	50	071ª (cartório)	Abelardo Luz	Avenida Pe. João Smedt, 1274, Centro, 89830-000
	50	077ª (cartório)	Fraiburgo	Rua Albano Burguer, 45, sala 03, São José, 89580-000
	50	078ª (cartório)	Quilombo	Av. Cel. Ernesto Bertaso, 1300, sala 5, Ed. Dom Victório, Centro, 89850-000
	50	083ª (cartório)	Modelo	Rua XV de Novembro, 476, Centro, 89872-000

E/OU

Lote	Perfil (taxa de download)	Unidade administrativa	Município	Endereço
4	50	004ª (cartório)	Bom Retiro	Rua Anita Garibaldi, 343, loja 01, térreo, Centro, 88680-000
	50	007ª (cartório)	Campos Novos	Rua Danúzia Bess, 434, Edifício Majestic, 2º andar, Centro, 89620-000
	50	011ª (cartório)	Curitibanos	Av. Advogado Sebastião Calomeno, 140, São Francisco, 89520-000
	100	021ª (cartório)	Lages	Av. Belizário Ramos, 3.800, Bloco B, Centro, 88502-100
	100	028ª (cartório)	São Joaquim	Rua Boanerges Pereira de Medeiros, n.13, Centro, 88600-000
	50	051ª (cartório)	Santa Cecília	Av. XV de Novembro s/n, eq. Rua Antônio Carlos de Medeiros 531, sala 01, Centro, 89540-000
	50	052ª (cartório)	Anita Garibaldi	Av. Eduardo Salmoria 485, Centro, 88590-000

E/OU

Lote	Perfil (taxa de download)	Unidade administrativa	Município	Endereço
5	50	001ª (cartório)	Araranguá	Av. Coronel João Fernandes, 1234, Urussanguinha, 88905-478
	100	010ª (cartório)	Criciúma	Av. Getúlio Vargas, 361, Palácio do Estado, Centro, 88801-500
	50	020ª (cartório)	Laguna	Rua Coronel Fernandes Martins, 470, Centro Executivo Milenium, Progresso, 88790-000
	50	023ª (cartório)	Orleans	Rua Antônio da Silva Cascaes, 140, Ed. Teresa Cristina, Conde D'eu, Centro, 88870-000
	100	033ª (cartório)	Tubarão	Av. Marcolino Martins Cabral, 1315, Praça Shopping, 2º andar, Centro, 88701-105
	50	034ª (cartório)	Urussanga	Rua Vidal Ramos, n. 159, Ed. Belas artes, sala 1, Centro, 88840-000
	50	042ª (cartório)	Turvo	Rua Afonso Colodel, 19, sala 2, Ed. América, Cidade Alta, 88930-000
	50	044ª (cartório)	Braço do Norte	Rua Bernardo Locks, n. 148, 2º andar, sala 208, Centro, 88750-000
	50	054ª (cartório)	Sombrio	Rua Santo Antônio, n. 204, Centro, 88960-000
	50	062ª (cartório)	Imaruí	Rua Antônio Bittencourt Capanema, s/n, Centro, 88770-000
	50	073ª (cartório)	Imbituba	Av. Santa Catarina, 186, Centro, 88780-000



	50	079ª (cartório)	Içara	Rua Vitória, 201 – Centro, 88820-000
--	----	-----------------	-------	--------------------------------------

E/OU

Lote	Perfil (taxa de download)	Unidade administrativa	Município	Endereço
6	100	005ª (cartório)	Brusque	Rua Humberto Mattioli, 78, Centro, 88350-140
	50	014ª (cartório)	Ibirama	Rua Doutor Getúlio Vargas, 560 - sala térrea, Centro, 89140-000
	50	015ª (cartório)	Indaial	Rua Marechal Floriano Peixoto, 35, Edifício Menke, loja 10, Centro, 89080-063
	100	016ª (cartório)	Itajaí	Av. José Eugênio Muller, 406, Centro, 88303-170
	100	026ª (cartório)	Rio do Sul	Rua Júlio Roussenq Filho, 265, Jardim América, 89160-000
	50	032ª (cartório)	Timbó	Travessa Heinrich Eilers, 172, Centro, 89120-000
	50	039ª (cartório)	Ituporanga	Rua João Steffens, 425, Seminário, 88400-000
	50	046ª (cartório)	Taió	Rua Padre Eduardo, 600, Padre Eduardo, 89190-000
	50	055ª (cartório)	Pomerode	Rua XV de Novembro, n. 700, Fórum Estadual, Centro, 89107-000
	100	056ª (cartório)	Balneário Camboriú	Rua 2850, n. 470, Ed. San Salvatore, Centro, 88330-363
	50	057ª (cartório)	Trombudo Central	Rua Getúlio Vargas, 411, Cidade Alta, 89176-000
	50	064ª (cartório)	Gaspar	Rua Jackceia de Andrade, n. 66, Sete de Setembro, 89114-820
	50	068ª (cartório)	Balneário Piçarras	Av. Getúlio Vargas, 123, Centro, 88380-000
	100	088ª (cartório)	Blumenau	Praça Victor Konder, n. 60, Centro, 89010-150
	50	091ª (cartório)	Itapema	Av. Nereu Ramos, n. 1180, Centro, 88220-000
	50	106ª (cartório)	Navegantes	Rua Anibal Gaya, n. 525, Centro, 88370-474

1.2. Especificação Técnica Detalhada

1.2.1. Requisitos Técnicos:

a) instalação e fornecimento de enlaces de acesso à internet banda larga, considerando a divisão em lote(s), as taxas de *download* e endereços dos locais conforme descrito na subcláusula 1.1 deste Contrato;

b) entrega do acesso aos enlaces através de interface ethernet BASE-T, padrão RJ-45;

c) para acessos que se utilizem de sistemas de radiocomunicação, serão permitidas somente frequências homologadas pela Anatel;

d) a taxa de upload deverá ser de 50% da taxa de download prevista para o respectivo enlace;

e) taxa de transferência instantânea mínima de 40% do valor estabelecido. Em média, taxa de transferência de 80% do valor estabelecido;

f) percentual máximo de perda de pacotes admitido de 2%;

g) latência máxima para o tempo de ida e volta do pacote de 80ms;

h) todas as medições necessárias deverão considerar os endereços IP dos provedores de internet utilizados no datacenter do TRES (participantes do PTT/SC);

i) deverá ser fornecido, para cada enlace, endereço IPv4, válido na internet, sendo facultado o uso de endereçamento dinâmico;



j) deverá ser fornecido, para cada enlace, bloco /56 de endereços IPv6, válidos na internet, para dividir em subredes (roteável); e

k) sem restrição quanto ao volume trafegado e quantidade de clientes compartilhando os enlaces, com acessibilidade plena a todos os serviços da internet e também a eventuais serviços disponibilizados pelo TRE-SC através dos enlaces.

1.3. Serviços Adicionais

1.3.1. Poderá ser solicitado serviço adicional para eventual mudança de endereço do enlace:

Pacote de serviço adicional	Característica
1 (um) pacote adicional para mudança de endereço do enlace.	Mudança de endereço do local onde o serviço está sendo prestado.

1.3.1.1. Estima-se a ocorrência 2 (duas) mudanças de endereço por lote durante o período de vigência contratual.

1.3.1.2. Eventuais solicitações de mudança de endereço poderão ser demandadas pelo Gestor do Contrato via *e-mail*, telefone, ou através de sistema específico fornecido pela Contratada.

1.4. Conformidade Técnica

1.4.1. Os serviços deverão seguir normas técnicas brasileiras aplicáveis ao setor de telecomunicações, em especial:

a) Lei n. 9.472, de 16/07/1997 e alterações - Lei Geral de Telecomunicações; e

b) Resolução ANATEL n. 614, de 28/05/2013 e alterações - Aprova o regulamento do serviço de comunicação multimídia e altera os Anexos I e III do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.

1.5. Instrumentos Formais

1.5.1. Todas as solicitações e ocorrências de indisponibilidade deverão ser registradas em sistema próprio da Contratada. Os enlaces também poderão ser monitorados através de sistema específico do TRE-SC.

1.5.2. Deverá ser fornecido, mensalmente, pela Contratada, **Relatório de Disponibilidade dos Enlaces** com a função de verificar se os **Indicadores de Níveis de Serviços** foram alcançados e aferir os resultados da execução contratual.

PARÁGRAFO ÚNICO

O fornecimento dos equipamentos e a prestação dos serviços obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Pregão n. 043/2021, de __/__/__, além das obrigações assumidas na proposta apresentada pela Contratada em __/__/__, por meio do sistema COMPRASNET, e dirigida ao Contratante, contendo o preço do objeto que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO VALOR ESTIMADO TOTAL

2.1. O Contratante pagará à Contratada, pela prestação de serviços de acesso à internet banda larga para as unidades administrativas descentralizadas do TRESC, objeto deste Contrato:

2.1.1. LOTE 1:

a) referente à **mensalidade** para a taxa de *download* de **50 Mbps**, descrita na subcláusula 1.1, o valor unitário de R\$ _____ (_____), totalizando, as 6 (seis) unidades, o valor mensal de R\$ _____ (_____);

b) referente à **mensalidade** para a taxa de *download* de **100 Mbps**, descrita na subcláusula 1.1, o valor unitário de R\$ _____ (_____), totalizando, as 4 (quatro) unidades, o valor mensal de R\$ _____ (_____);



c) referente à **instalação** dos enlaces (execução única, para cada enlace do lote), descrita na subcláusula 1.1, o valor unitário de R\$ _____ (_____), totalizando, as 10 (dez) unidades, o valor total de R\$ _____ (____);

d) referente ao **pacote de serviço adicional** para eventual mudança de endereço, descrito na subcláusula 1.3, o valor unitário de R\$ _____ (_____), totalizando, as 2 (duas) unidades estimadas, o valor total de R\$ _____ (____).

E/OU

2.1.2. LOTE 2:

a) referente à **mensalidade** para a taxa de *download* de **50 Mbps**, descrita na subcláusula 1.1, o valor unitário de R\$ _____ (_____), totalizando, as 9 (nove) unidades, o valor mensal de R\$ _____ (____);

b) referente à **mensalidade** para a taxa de *download* de **100 Mbps**, descrita na subcláusula 1.1, o valor unitário de R\$ _____ (_____), totalizando, as 2 (duas) unidades, o valor mensal de R\$ _____ (____);

c) referente à **instalação** dos enlaces (execução única, para cada enlace do lote), descrita na subcláusula 1.1, o valor unitário de R\$ _____ (_____), totalizando, as 11 (onze) unidades, o valor total de R\$ _____ (____);

d) referente ao **pacote de serviço adicional** para eventual mudança de endereço, descrito na subcláusula 1.3, o valor unitário de R\$ _____ (_____), totalizando, as 2 (duas) unidades estimadas, o valor total de R\$ _____ (____).

E/OU

2.1.3. LOTE 3:

a) referente à **mensalidade** para a taxa de *download* de **50 Mbps**, descrita na subcláusula 1.1, o valor unitário de R\$ _____ (_____), totalizando, as 20 (vinte) unidades, o valor mensal de R\$ _____ (____);

b) referente à **mensalidade** para a taxa de *download* de **100 Mbps**, descrita na subcláusula 1.1, o valor unitário de R\$ _____ (_____), totalizando, as 4 (quatro) unidades, o valor mensal de R\$ _____ (____);

c) referente à **instalação** dos enlaces (execução única, para cada enlace do lote), descrita na subcláusula 1.1, o valor unitário de R\$ _____ (_____), totalizando, as 24 (vinte e quatro) unidades, o valor total de R\$ _____ (____);

d) referente ao **pacote de serviço adicional** para eventual mudança de endereço, descrito na subcláusula 1.3, o valor unitário de R\$ _____ (_____), totalizando, as 2 (duas) unidades estimadas, o valor total de R\$ _____ (____).

E/OU

2.1.4. LOTE 4:

a) referente à **mensalidade** para a taxa de *download* de **50 Mbps**, descrita na subcláusula 1.1, o valor unitário de R\$ _____ (_____), totalizando, as 5 (cinco) unidades, o valor mensal de R\$ _____ (____);

b) referente à **mensalidade** para a taxa de *download* de **100 Mbps**, descrita na subcláusula 1.1, o valor unitário de R\$ _____ (_____), totalizando, as 2 (duas) unidades, o valor mensal de R\$ _____ (____);

c) referente à **instalação** dos enlaces (execução única, para cada enlace do lote), descrita na subcláusula 1.1, o valor unitário de R\$ _____ (_____), totalizando, as 7 (sete) unidades, o valor total de R\$ _____ (____);

d) referente ao **pacote de serviço adicional** para eventual mudança de endereço, descrito na subcláusula 1.3, o valor unitário de R\$ _____ (_____), totalizando, as 2 (duas) unidades estimadas, o valor total de R\$ _____ (____).

E/OU

2.1.5. LOTE 5:

a) referente à **mensalidade** para a taxa de *download* de **50 Mbps**, descrita na subcláusula



1.1, o valor unitário de R\$ _____ (_____), totalizando, as 10 (dez) unidades, o valor mensal de R\$ _____ (_____-);

b) referente à **mensalidade** para a taxa de *download* de **100 Mbps**, descrita na subcláusula 1.1, o valor unitário de R\$ _____ (_____-), totalizando, as 2 (duas) unidades, o valor mensal de R\$ _____ (_____-);

c) referente à **instalação** dos enlaces (execução única, para cada enlace do lote), descrita na subcláusula 1.1, o valor unitário de R\$ _____ (_____-), totalizando, as 12 (doze) unidades, o valor total de R\$ _____ (_____-);

d) referente ao **pacote de serviço adicional** para eventual mudança de endereço, descrito na subcláusula 1.3, o valor unitário de R\$ _____ (_____-), totalizando, as 2 (duas) unidades estimadas, o valor total de R\$ _____ (_____-).

E/OU

2.1.6. LOTE 6:

a) referente à **mensalidade** para a taxa de *download* de **50 Mbps**, descrita na subcláusula 1.1, o valor unitário de R\$ _____ (_____-), totalizando, as 11 (onze) unidades, o valor mensal de R\$ _____ (_____-);

b) referente à **mensalidade** para a taxa de *download* de **100 Mbps**, descrita na subcláusula 1.1, o valor unitário de R\$ _____ (_____-), totalizando, as 5 (cinco) unidades, o valor mensal de R\$ _____ (_____-);

c) referente à **instalação** dos enlaces (execução única, para cada enlace do lote), descrita na subcláusula 1.1, o valor unitário de R\$ _____ (_____-), totalizando, as 16 (dezesesseis) unidades, o valor total de R\$ _____ (_____-);

d) referente ao **pacote de serviço adicional** para eventual mudança de endereço, descrito na subcláusula 1.3, o valor unitário de R\$ _____ (_____-), totalizando, as 2 (duas) unidades estimadas, o valor total de R\$ _____ (_____-).

2.2. O presente Contrato tem como **valor estimado total** a importância de R\$ _____ (_____-), considerando-se o somatório das mensalidades por lote para as taxas de *download* multiplicado por 48 meses, com o valor total de instalações de enlaces por lote, mais o valor total estimado de pacotes de serviço adicional para eventuais mudanças de endereço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

3.1. O presente Contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura **até 31/10/2025**, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

3.2. O quadro abaixo indica o cronograma de execução:

Id.	Etapas	Data	Responsável
1	Reunião de alinhamento.	Até 10 dias após o recebimento, pela Contratada, deste contrato assinado pelos representantes do TRE-SC.	Contratada e TRE-SC
2	Entrega do plano de implantação.	Até 20 dias após o recebimento, pela Contratada, deste contrato assinado pelos representantes do TRE-SC.	Contratada
3	Ativação inicial de todos os enlaces do lote.	Até 120 dias após o recebimento, pela Contratada, deste contrato assinado pelos representantes do TRESC.	Contratada
4	Eventuais mudanças de endereço.	Ativação do enlace no novo endereço em até 45 dias após a solicitação da mudança.	Contratada
5	Pagamento relativo à instalação dos enlaces.	Pagamento em etapas, considerando os percentuais de implantação 30%, 50% e 100%.	TRE-SC



6	Pagamento mensal relativo aos serviços prestados.	Até 5 dias para a atestação da fatura mensal e até 30 dias para pagamento da nota fiscal.	TRE-SC
---	---	---	--------

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

4.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, **desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.**

5.1.1. O recebimento provisório das instalações será realizado considerando cada enlace, mediante informação da Contratada sobre a conclusão da respectiva instalação. Será verificado se as especificações técnicas solicitadas foram implementadas, sendo emitido ao final o recebimento definitivo para o respectivo enlace.

5.1.1.1. De forma análoga, o recebimento provisório e definitivo de eventuais solicitações de mudança de endereço ficará condicionado à ativação do enlace no novo endereço, observando-se os requisitos técnicos necessários.

5.1.2. Em relação à prestação dos serviços mensais, o recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere à prestação dos serviços.

5.1.3. O recebimento definitivo dar-se-á em até:

a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993;

b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993, no que tange às instalações;

c) 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993, no que se refere à prestação dos serviços.

5.1.4. O pagamento referente às instalações iniciais será feito em etapas, considerando os percentuais de conclusão de ativação dos enlaces de 30%, 50% e 100%, por lote.

5.1.4.1. Quanto aos serviços mensais, o pagamento será devido a partir da data de início da prestação e será proporcional ao atendimento dos **Indicadores de Nível de Serviços**, os quais definem objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

5.1.4.2. Eventuais ocorrências de mudança de endereço serão pagas em favor da contratada após cumprimento das obrigações contratuais e apresentação de documento fiscal.

5.1.5. Ainda, ocorrerá a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não prestar os serviços esperados, ou não os prestar com a qualidade mínima exigida, conforme especificado no **Acordo de Nível de Serviço**.

5.1.6. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

5.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:



a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, o TRESC efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRESC os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

5.5. Se ocorrer atraso de pagamento provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I = 6/100/365 (ou seja, taxa anual/100/365 dias).

I = 0,0001644.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0042 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, Natureza da Despesa 3.3.90.40, Elemento de Despesa – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ, Subitem 13 – Comunicação de Dados e Redes em Geral.

6.1.1. Os créditos e respectivos empenhos relativos aos exercícios subsequentes serão registrados mediante apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO EMPENHO DA DESPESA

7.1. Foi emitida a Nota de Empenho n. 2021NE000____, em ____/____/____, no valor de R\$ _____ (_____), para a realização da despesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. O Contratante se obriga a:

8.1.1. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos nas Cláusulas Segunda e Quinta deste Contrato;

8.1.2. promover, através de seu representante, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Administração de Redes e de Servidores do TRESC, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a **Gestão** deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

8.1.2.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da execução do objeto contratado, de forma a assegurar o perfeito cumprimento pela Contratada, e serão exercidos por meio do **Gestor da Contratação**.

8.1.3. Ao Gestor, fica assegurado o direito de:

a) exigir o cumprimento de todos os itens das especificações constantes deste Contrato;

b) promover o acompanhamento e a gestão dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas, bem como aquelas



relacionadas aos **Indicadores de Níveis de Serviço**, que comprometam a produtividade estabelecida na contratação dos serviços por resultados;

c) a execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, podendo compreender a mensuração dos seguintes aspectos:

c.1) resultados alcançados em relação à Contratada, verificação dos prazos de execução e qualidade demandada; e

c.2) cumprimento das demais obrigações decorrentes deste Contrato;

d) caberá ainda ao gestor do contrato, atestar, mensalmente, os valores cobrados pela Contratada, aplicando os devidos abatimentos e glosas quando houver fato ensejador por parte desta.

8.1.4. O acompanhamento e a gestão de que tratam as subcláusulas 8.1.2 e 8.1.3 não eximem a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois da execução do objeto contratado.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada ficará obrigada a:

9.1.1. fornecer o objeto proposto nas condições estipuladas na proposta e no Projeto Básico / Termo de Referência;

9.1.2. realizar reunião de alinhamento inicial, em **até 10 (dez) dias** após o recebimento deste contrato assinado pelos representantes do TRE-SC, mediante agendamento com o gestor do contrato no e-mail csit-sars@tre-sc.jus.br ou telefone (48) 3251-3700;

9.1.3. apresentar, em **até 20 (vinte) dias** após o recebimento deste contrato assinado pelos representantes do TRE-SC, plano de implantação dos serviços, contemplando o planejamento das intervenções necessárias nas unidades, a previsão para o serviço de instalação e a identificação dos contatos técnicos;

9.1.4. concluir os serviços de instalação dos enlaces do(s) lote(s) em **até 120 (cento e vinte) dias**, contados do recebimento, pela Contratada, deste contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE-SC;

9.1.5. fornecer todos os equipamentos, cabos, conectores, conversores, adaptadores, *modems* e outros itens de *hardware* e *software*, necessários para a completa conexão a um equipamento servidor, a ser fornecido pelo TRE-SC;

9.1.6. realizar a instalação dos enlaces no local designado pelo TRE-SC, devendo utilizar a infraestrutura de cabeamento disponível (calhas, dutos, eletrocalhas);

9.1.7. atender solicitações de consulta de viabilidade técnica para mudança de endereço em **até 10 (dez) dias**, contados a partir da data da solicitação;

9.1.8. atender solicitações de mudança de endereço em **até 45 (quarenta e cinco) dias**, contados a partir da data da solicitação;

9.1.8.1. caso identificada inviabilidade técnica, a contratada deverá informar ao TRE-SC o motivo da inviabilidade, mediante comprovação fundamentada, em **até 10 (dez) dias** após a solicitação. Caso não o faça, considerar-se-á como viável a solicitação;

9.1.8.2. solicitações com pendência de viabilidade técnica terão **até 90 (noventa) dias** - a partir da data da solicitação inicial - para serem atendidas através de projeto especial;

9.1.9. fornecer as informações necessárias para acesso ao suporte técnico durante a vigência deste contrato;

9.1.10. disponibilizar suporte técnico em regime 24/7 (vinte e quatro horas por dia/sete dias por semana), com tempo de atendimento inicial em **até 2 (duas) horas** e tempo de conclusão do atendimento em **até 24 (vinte e quatro) horas** para os casos de indisponibilidade na prestação do serviço;

9.1.11. fornecer, mensalmente, **Relatório de Disponibilidade e Desempenho** dos enlaces do(s) respectivo(s) lote(s);

9.1.12. disponibilizar as taxas mínima e média de largura de banda dos enlaces conforme



estabelecido na Especificação Técnica Detalhada do Projeto Básico / Termo de Referência;

9.1.13. manter as taxas de perda de pacotes e latência dos enlaces conforme estabelecido na Especificação Técnica Detalhada do Projeto Básico / Termo de Referência;

9.1.14. manter sigilo absoluto sobre qualquer informação do TRE-SC, estando sujeita às normas e políticas de segurança da informação da Instituição;

9.1.15. é vedada a interceptação, ou a filtragem de pacotes, de qualquer tráfego de dados que passe pelos enlaces da Contratada, sem autorização judicial;

9.1.16. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESC; e

9.1.17. manter, durante a execução deste Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 043/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. Se a Contratada descumprir as condições deste Contrato ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

10.1.1. São situações, dentre outras, que podem ensejar o descumprimento deste Contrato, para fins de aplicação de penalidades:

Item	Evento	Referência	Tipo de infração
1	Descumprimento do estabelecido no Acordo de Nível de Serviço , no primeiro mês após o início da prestação do serviço.	Por ocorrência	Leve
2	Descumprimento do estabelecido nas subcláusulas 9.1.4 e 9.1.8 deste Contrato (instalação e eventuais mudanças de endereço), até o 15º dia de descumprimento.	Por dia	Regular
3	Descumprimento do estabelecido na subcláusula 9.1.10 deste Contrato (suporte técnico).	Por dia	Média
4	Descumprimento do estabelecido nas subcláusulas 9.1.4 e 9.1.8 deste Contrato (instalação e eventuais mudanças de endereço), após o 15º dia de descumprimento.	Por ocorrência	Grave
5	Descumprimento do estabelecido no Acordo de Nível de Serviço , em mais de 30% do total de enlaces do lote, por 2 meses consecutivos.	Por ocorrência	Grave

Tipo de infração	Penalidade
Leve	Advertência
Regular	Multa de 3% ao dia ou por ocorrência, conforme o caso, sobre o valor mensal do respectivo lote.
Média	Multa de 5% ao dia ou por ocorrência, conforme o caso, sobre o valor mensal do respectivo lote.
Grave	Multa de 10% sobre o valor mensal do respectivo lote.

10.2. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o contratado que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;



- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

10.3. Para os casos não previstos na subcláusula 10.2, poderão ser aplicadas à Contratada, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Contrato, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato;
- c) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;
- d) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

10.3.1. As sanções estabelecidas na subcláusula 10.2 e na alínea “f” da subcláusula 10.3 são de competência do Presidente do TRESC.

10.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Contrato sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução do(s) serviço(s).

10.4.1. Relativamente à subcláusula 10.4, os atrasos superiores a 30 (trinta) dias serão considerados inexecução contratual.

10.5. Da aplicação das penalidades definidas nas subcláusulas 10.3, alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, e 10.4, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação.

10.5.1. O(s) recurso(s) será(ão) dirigido(s) ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo(s), devidamente informado(s), ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

10.6. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “f” da subcláusula 10.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESC, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

11.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n.



8.666/1993, sujeita-se a Contratada ao pagamento de multa, nos termos das alíneas "c" ou "d" da subcláusula 10.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "e" ou "f" da subcláusula 10.3.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1. Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes abaixo, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, ____ de _____ de 2021.

CONTRATANTE: _____

CONTRATADA: _____



ANEXO DO CONTRATO

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS - ANS

1. A Contratada deverá entregar disponibilidade mínima de 95% para cada enlace do lote, a ser medida mensalmente, sem aplicação de qualquer restrição de trafegabilidade em função de características ou sentido de fluxo de dados, especialmente para o uso de redes virtuais privadas - VPNs;

2. Serão consideradas indisponibilidades na prestação do serviço:

2.1. Interrupção no tráfego de pacotes;

2.2. Perda de qualidade do enlace associada à alterações nos padrões de latência e perda de pacotes, inviabilizando o uso do serviço;

3. A contratada deverá calcular o total de desconto, a ser aplicado no valor mensal da fatura do respectivo lote, de acordo com os indicadores de nível de serviços estabelecidos no quadro abaixo:

Indicador	Fórmula de cálculo	Ocorrências	Pontuação
Disponibilidade	Número mensal de ocorrências de indisponibilidades, para cada enlace, considerando-se períodos de 30 minutos: Penlace1= Pontuação (Ocorrências) Deve ser somada a pontuação de todos os enlaces com indisponibilidade abaixo do acordado, no mesmo lote: Ptot = Penlace1 + Penlace2 + ... PenlaceN Onde: Penlace1, Penlace2,... PenlaceN = pontuação parcial de cada enlace com indisponibilidade registrada abaixo do percentual mínimo solicitado, dentro do mesmo lote; Ptot = soma pontuação enlaces com indisponibilidades, dentro do mesmo lote.	até 72 (acima de 95%, abaixo de 36hs)	0
		de 72 a 79,2 (acima de 94,5% a 95%, de 36hs a 39,6hs)	70
		de 79,2 a 86,4 (acima de 94% a 94,5%, de 39,6 a 43,2hs)	90
		de 86,4 a 93,6 (acima 93,5% a 94%, de 43,2hs a 46,8hs)	120
		de 93,6 a 100,8 (acima de 93% a 93,5%, de 46,8hs a 50,4hs)	180
		acima de 100,8 (igual ou inferior a 93%, acima de 50,4hs)	250

4. A Contratada deverá considerar a proporção de 0,5% de desconto sobre o valor total do pagamento mensal do respectivo lote, a cada 10 pontos somados (**Ptot x 0,5% / 10 x valor_mensal_lote**), considerando todos os enlaces que apresentaram indisponibilidades, em determinado lote;

5. No caso da pontuação total aplicada em determinado mês superar a 500 pontos, serão considerados apenas 500 pontos para o cálculo do abatimento a ser aplicado, assim, o abatimento máximo a ser aplicado em um mês será de 25% do valor total do pagamento mensal, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis.



PREGÃO N. 043/2021**ANEXO I****RELAÇÃO DE ITENS**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QUANT.	MESES	UNIDADE
1	1	Valor da mensalidade para taxa de <i>download</i> de 50 Mbps.	6	48	Valor Total
	2	Valor da mensalidade para taxa de <i>download</i> de 100 Mbps.	4	48	
	3	Valor das instalações dos enlaces do lote.	10	-	
	4	Valor do pacote de serviço adicional para eventual mudança de endereço.	2	-	
2	5	Valor da mensalidade para taxa de <i>download</i> de 50 Mbps.	9	48	Valor Total
	6	Valor da mensalidade para taxa de <i>download</i> de 100 Mbps.	2	48	
	7	Valor das instalações dos enlaces do lote.	11	-	
	8	Valor do pacote de serviço adicional para eventual mudança de endereço.	2	-	
3	9	Valor da mensalidade para taxa de <i>download</i> de 50 Mbps.	20	48	Valor Total
	10	Valor da mensalidade para taxa de <i>download</i> de 100 Mbps.	4	48	
	11	Valor das instalações dos enlaces do lote.	24	-	
	12	Valor do pacote de serviço adicional para eventual mudança de endereço.	2	-	
4	13	Valor da mensalidade para taxa de <i>download</i> de 50 Mbps.	5	48	Valor Total
	14	Valor da mensalidade para taxa de <i>download</i> de 100 Mbps.	2	48	
	15	Valor das instalações dos enlaces do lote.	7	-	
	16	Valor do pacote de serviço adicional para eventual mudança de endereço.	2	-	
5	17	Valor da mensalidade para taxa de <i>download</i> de 50 Mbps.	10	48	Valor Total
	18	Valor da mensalidade para taxa de <i>download</i> de 100 Mbps.	2	48	
	19	Valor das instalações dos enlaces do lote.	12	-	
	20	Valor do pacote de serviço adicional para eventual mudança de endereço.	2	-	



6	21	Valor da mensalidade para taxa de <i>download</i> de 50 Mbps.	11	48	Valor Total
	22	Valor da mensalidade para taxa de <i>download</i> de 100 Mbps.	5	48	
	23	Valor das instalações dos enlaces do lote.	16	-	
	24	Valor do pacote de serviço adicional para eventual mudança de endereço.	2	-	

Observação: Demais especificações conforme Projeto Básico / Termo de Referência.

